

PERSPECTIVAS ACLIMATADAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Gilmar Vieira Martins¹

RESUMO

Os discursos constituídos nos vários elementos que compõem as políticas de educação superior apresentam fortes indícios de que são materializados como se fossem benesses sociais do Estado para com a sociedade. Entretanto, perspectivas coerentes com projeções mais reais apontam para outras intenções. O uso de governamentalidade, normas, subjetivação dentre outros elementos, associada a ideias do neoliberalismo fez com que o Estado produzisse mais mecanismos de inclusão, deixando em destaque a “parceria” existente entre o campo educacional estatal e o privado. Com essas premissas norteadoras buscamos em autores como Michel Foucault (2008a, 2008b, 2008c), Veiga-Neto (2002, 2006, 2007a, 2007b), Santos e Tavares (2016), por meio de levantamento bibliográfico, elementos que consubstanciam o fato. Assim, nos deparamos com dados do Ministério da Educação que ajudam a intercalar algumas suposições levantadas. Dessa maneira concluímos que os discurso neoliberais insistem em afirmar que o Estado deve se ocupar só com algumas atividades “essenciais”, como a Educação e a Saúde; e, assim mesmo, encarregando-se de, no máximo, regulá-las.

Palavras-chave: Governamentalidade, Neoliberalismo, Normas, Educação Superior.

INTRODUÇÃO

Esta contribuição acadêmica parte do pressuposto de que as políticas de inclusão na educação superior brasileira estão referendadas por interesses econômicos que podem, de algum modo, buscar no seio da educação sua ferramenta essencial para continuidade da dominação pelo poder hegemônico do dinheiro². A educação como elemento a ser customizado no cenário em que o capital “fala” mais alto do que a própria educação em si.

Contudo, vemos que no cenário do século XXI, no qual escrevemos estas linhas de pensamentos, há algumas premissas que confabulam para a existência necessária de mecanismos que visam, aparentemente, a melhoria das condições educacionais no país. Uma dessas premissas, seguramente está transvestido no que comumente resolveu-se

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE – São Paulo/SP - Linha de Políticas Educacionais – gilmarmartins2014.1@uni9.edu.br

² Usamos a expressão dinheiro como sinônimo de capital. A palavra nos parece representar de forma muito clara o que todo mundo pensa que já sabe. No final o que importa é o lucro. E esse lucro é sempre apresentado em forma de cifrões de alguma moeda fiduciária.

chamar de políticas de inclusão. Neste caso especificamente, as políticas direcionadas para o ensino superior, dentro de um cenário neoliberal de governamentalização no qual a dominância do capital é suprema.

Assim, nos detivemos em analisar alguns aspectos do panorama político-educacional existente no país entre os anos de 2015 a 2019 a partir da perspectiva do pensamento do filósofo francês Michel Foucault na proposição das ideias da utilização da educação como forma de alterar as mentalidades através de processos que possam ser conjugados às “necessidades” da sociedade. Com a construção de artifícios baseados em normas³ para regular ou mesmo ditar como deve acontecer o processo de “inclusão”, suspeitamos dos propósitos por trás das regras postas em formas de leis, decretos, discursos e outros elementos dessa natureza.

É nesse contexto que nos debruçamos em rastrear elementos capazes de apontar ou ao menos conjecturar quais as intenções, no plano da prática, de programas de inclusão no ensino superior e como eles, de fato, tencionam o cenário educacional. Para tal é necessário conhecer alguns mecanismos descritos por Foucault, usados para “intermediar” os interesses do povo com os interesses do poder dominante, mas de uma maneira que eles não colidam entre si, mas encontrem uma justaposição de modo que possam ser utilizados em “prol da sociedade”, segundo pregam os dominantes do poder.

Alguns dos dispositivos de controle tem relação com biopolítica, com disciplina, com governamentalidade, com normas, com subjetivação e muitos outros elementos. Todavia, esses mecanismos não são perceptíveis facilmente. Eles são colocados para a sociedade como algo necessário e emergente. Pois, conforme depreendemos do pensamento estatal materializado em discursos⁴, é com o auxílio deles que o povo poderá se libertar da opressão social que vive. A partir dessas considerações nos focamos em encontrar na literatura o suporte necessário para nos sustentarmos acerca dos já dito anteriormente a respeito dos interesses obtusos que se ofuscam ou mesmo se misturam com a necessidade real da população, fazendo com que, de fato, as “benesses” sociais, aquelas mesmas descritas nas normas, sejam implementadas e alcancem a todos sem nenhum tipo de distinção.

³ Este conceito corresponde a aparição de um bio-poder, isto é, de um poder sobre a vida e das formas de governamentalidade que a ela estão ligadas.

⁴ Entendemos discurso conforme o sugerido por Foucault como sendo um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem a regras de funcionamento comuns.

Todavia, alguns homens sérios que trabalham pesquisas sociais nos indicam que o caminho da realidade vai muito além das linhas descritas em discursos que estão postos agora. Elas nos indicam a direção do provável local donde os dominantes pretendem chegar (Lopes, 2010). Os trabalhos de Deleuze (2000, 2012), Foucault (2008a, 2008b, 2008c), Veiga-Neto (2002, 2006, 2007a, 2007b), Dardo e Laval (2014) dentre outros, nos permitiram aproximação de raciocínios condutores sobre os prováveis propósitos maiores arcabouçados.

O que nos dizem os discursos e os números da inclusão

Voltando-nos para uma educação acadêmica na qual a inclusão deveria ser a regra e não a exceção, temos nos deparados com acontecimentos opostos. Assim, como descreve Santos e Tavares (2020, p. 5), ao narrar que a educação não é acessível a todos os grupos sociais, gerando a exclusão de milhões com relação a apropriação do conhecimento, *vez que este passou, tendencialmente, a ser*, “um pilar da riqueza e do poder das nações” (Bernheim & Chauí, 2008, p. 7) *que encaram o conhecimento como mercadoria apropriável pelo poder econômico-financeiro*. E esse poder, de certo modo, sem a intervenção estatal, estaria disponível tão somente aos *filhos da riqueza*, sem possibilidades de acesso pelos *filhos da pobreza*, bem como àquelas minorias que estão historicamente marginalizadas educacionalmente, devido à ausência de discursos favoráveis para esse público.

Não obstante, enquanto formas de execução de micropoderes sociais que contribuem externamente (ou coordenando) para construção do discurso hegemônico. Foucault (2010) diz que a interdição da palavra, a segregação da loucura e a vontade da verdade são três mecanismos que se localizam na própria sociedade e neles as relações de poder se manifestam muito fortemente devido ao uso que o poder tem sobre estes elementos.

De acordo com o autor, temos de um lado os que controlam a palavra e do outro lado os que ambicionam falar, instaurando desse modo, um certo jogo entre o direito e o poder de dizer algo. E esse jogo, dentro de um sistema de exclusão de enunciados, do discurso os sujeitos participantes social e extrassocialmente são controlados ao envolverem-se na produção e circulação dos discursos produzidos em políticas de cunho social/educacional.

Em a “Ordem do Discurso”⁵, onde se encontra o ponto central da discussão, citada no item anterior, Foucault (2010, p. 8) ao formular sua pergunta introdutória, logo de cara nos põe a certeza da dúvida: *Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?*

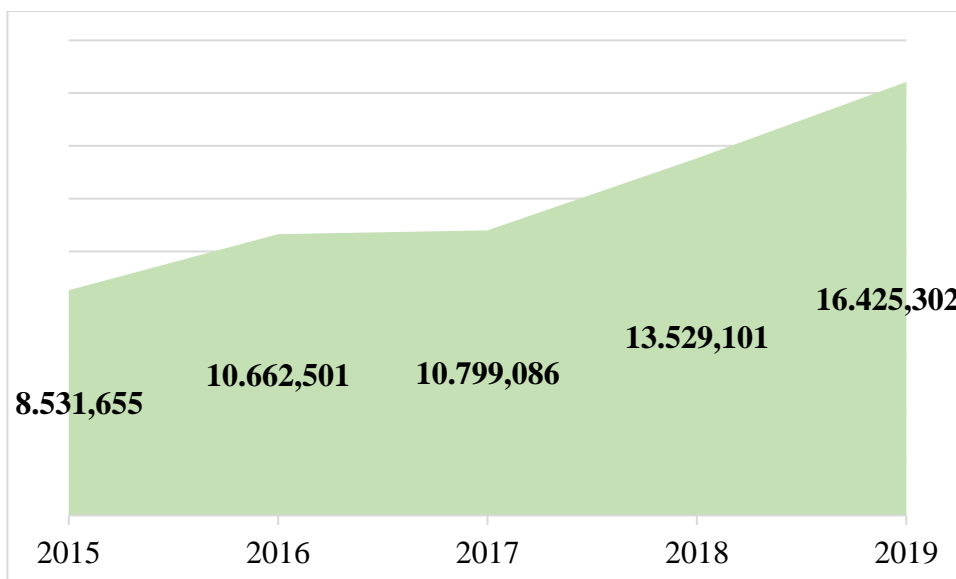
Mas a seguir, ele mesmo produz ligeiros traços de respostas possíveis, quando descreve na obra a hipótese de que quem domina o poder do discurso, domina todos os outros mecanismos de poder e, também, os corpos.

Assim, trazendo esse debate para a educação superior temos nas políticas de inclusão os elementos já descritos noutra momento dentro desta análise, discursos prontos que manipulam a ideia de igualdade de acesso e permanência para todos. De certo modo, essa chamada igualdade pode até existir, porém ela é somente formal, pois materialmente não há nem mesmo espaço nas universidades para todos. É razoável que não nos enganemos com a noção de que políticas como lei de cotas, Sistema de Seleção Unificada – Sisu – Fundo de Financiamento Estudantil – Fies – Programa Universidade para Todos – Prouni – dentre outros programas são necessariamente, suficientes para compensar o que historicamente foi renegado às minorias, aos mais pobres etc.: acesso e permanência na educação.

Contudo, não há de se negar que programas criados para serem de inclusão, a exemplo dos supramencionados trouxeram uma dinamicidade em relação à distribuição e aumento de vagas nas redes públicas e privadas de educação. E isso podemos observar quando analisamos alguns números levantados e divulgados pelo Ministério da Educação, colocando o aumento de vagas disponibilizadas, assim como o crescimento de matrículas nesse nível de ensino como precípuo a educação.

Gráfico 1 – Número de vagas em cursos de graduação de 2015 a 2019

⁵ A Ordem do Discurso é um livro de Michel Foucault publicado e traduzido em vários idiomas, inclusive português (do Brasil). Esse livro foi escrito a partir de uma aula ministrada no *College de France* em 1970. Nessa obra Foucault faz um estudo profundo da organização do próprio discurso enquanto elemento utilizado pelo poder dominante para o controle da ordem e subjetivamente do sujeito também por meio de várias “vias” estratégicas. Discorrendo sobre como o discurso se manifesta e quais “frutos” podem ser “gerados”. E nesse sentido, para Foucault, discurso é tomado como o ato de falar, manter, transmitir e articular ideias, em qualquer campo de conhecimento. Seja da palavra, seja da escrita, seja do olhar, seja da comunicação por gesto, ou seja, tudo que está no campo da comunicação faz parte do campo do discurso.



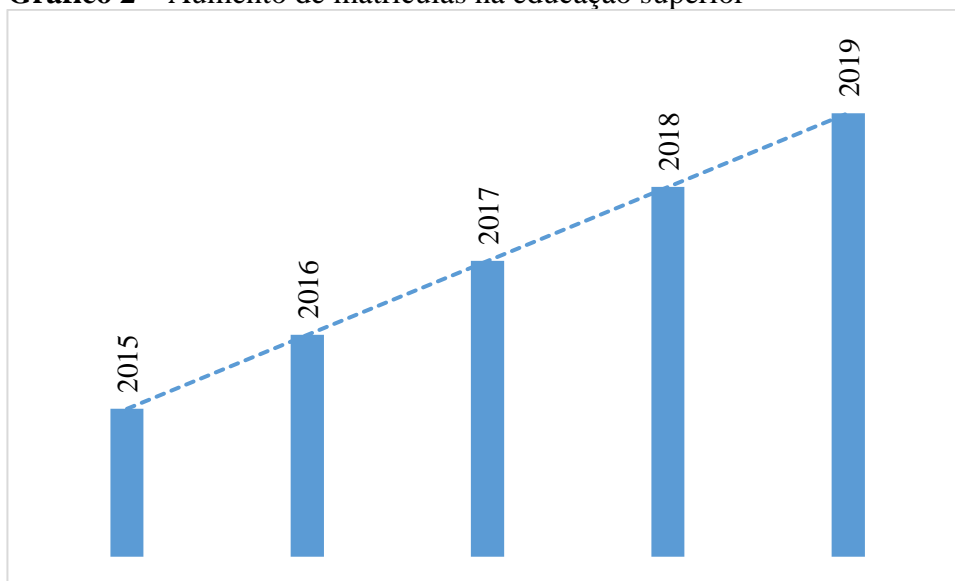
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo da Educação Superior de 2015 a 2019.

O

Gráfico *I* ilustra perfeitamente o impacto causado pelas políticas de inclusão no número de vagas surgidas nos períodos analisados. Entretanto, outros fatores também podem ter contribuído para o aumento. Houve um acréscimo no número de vagas, aproximadamente, de quase 50% entre os anos de 2015 e 2019. E esse número já vinha sendo expandido ano após ano. Um salto expressivo em período curto de tempo, percebe-se entre os anos de 2017 e 2018, quando aconteceu uma ampliação de 2.730,015 vagas, sendo que algo similar ocorreria no ano seguinte com mais um acréscimo de 2.896,201 vagas.

Os números em sua frieza nos invocam a pensar nas formas estratégicas de discursos existentes por trás das ofertas de vagas. Os aumentos quantitativos são significativos, porém não são feitos simplesmente para se pensar que o sistema educacional é benevolente e que deseja colocar todos nos bancos universitários. Os objetivos vão além disso. Mas será que sabemos onde? Afinal onde está o perigo nisso? E nesse jogo há o que Foucault (2010, p. 9) descreve como sendo *condições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar*, e de se expandir para alcançar mais e mais sujeitos, afim de *serem educados para entrarem no jogo*.

Gráfico 2 – Aumento de matrículas na educação superior



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo da Educação Superior de 2015 a 2019.

O

Gráfico 2 nos proporciona uma visão ascendente linear com relação ao acesso a cursos superiores no período de 2015 a 2019. O acesso, neste caso, significa a efetivação da matrícula na instituição de ensino. A linearidade, em relação ao acesso, acreditamos que tenha sido possível com o implemento de políticas de inclusão produzidas e executadas pelo poder público. Interessante notar o aumento progressivo de matrículas, porque isso nos possibilita pensar na a dimensão da influência dessas políticas na vida das pessoas.

Mas, se nas campanhas públicas o acento se coloca no discurso, nas políticas de inclusão o acento é colocado na própria materialidade dos corpos. E, ainda que o discurso tenha sua própria materialidade, a sua volatilidade contrasta com a forte densidade dos corpos mobilizados pelas políticas de inclusão. Tal mobilização que elas buscam promover tem por objetivo colocar todos “sob um mesmo teto”. Quando se fala em mobilização e em “sob o mesmo teto”, está-se referindo tanto a um espaço físico – seja ele stricto sensu institucional (escola, empresa etc.), familiar etc. – quanto a espaços simbólicos – cultura, identidade, classificação diagnóstica. (VEIGA-NETO; LOPES, 2007b, p. 958).

Possivelmente, quem imaginou que nunca alcançaria uma vaga em um curso superior devido às condições de acesso existentes, pré normas de inclusão, hoje

surpreende-se com as formas criadas para que, de fato, aconteça o acesso aos que procuram ingressar em algum curso superior.

Outrossim, é de se perguntar se os ingressos nas graduações, criados pela norma, está sendo feito via rede pública ou privada? E devido a esse questionamento, a tabela a seguir nos mostrará como isso está configurado.

Tabela 1 – Matrículas por Rede de Ensino

Redes				
Matrículas	Pública	Privada	Total	Período
	1.952,145	6.075,152	8.027,297	2015
	1.990,078	6.058,023	8.048,101	2016
	2.045,356	6.241,307	8.286,663	2017
	2.077,481	6.373,274	8.450,755	2018
	2.080,146	6.523,678	8.603,824	2019

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo da Educação Superior de 2015 a 2019.

Conforme apontou os dados descritos na

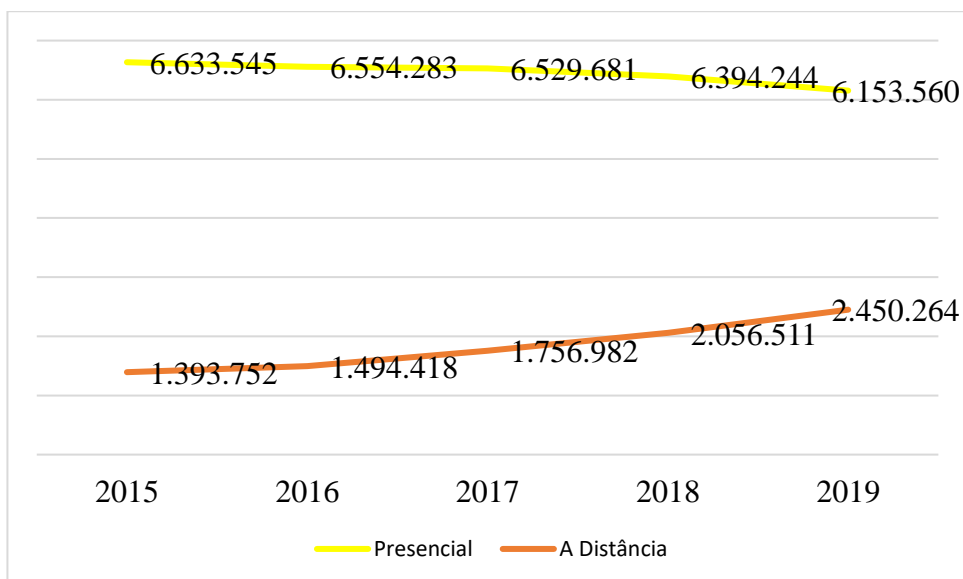
Tabela 1, de fato há predominância da iniciativa privada sobre a pública no quesito acesso à educação superior. Se analisarmos um pouco mais de perto conseguiremos entender o motivo, mas é necessário que tenhamos em mente o momento histórico de neoliberalismo que vivemos. A relação educação como via econômica, para iniciativa privada, é um dos sinais para a crescente massa ingressando em cursos superior. É evidente que a rede pública de educação superior apresenta números de crescimento modesto comparativamente aos da Rede Privada. Mas o que há de mal nisso? Dependendo pelo ângulo que se olhe, nada. Mas, sabemos que não é bem assim. Quando relacionamos interesses econômicos com educacionais encontramos em Bianchetti e Sguissardi (2017) possíveis respostas:

[...]certamente não seria necessário o esforço... para referir-se àquilo que está a “números vistos” tomando conta ou atravessando a Educação Superior/Universidade brasileira neste momento. Bastaria observar o

quantum da expansão do ensino superior privado ou público-quase-privado ou ainda em especial o privado mercantil, e se teria a dimensão de como a perspectiva de mercado está presidindo o processo de ampliação do número de instituições (e matrículas) [...]. (p. 76).

Com esse recorte é possível pensarmos o quanto a “educação como mercadoria” tem sido o “carro chefe” na abertura de vagas nesse nível de ensino, entretanto é mais interessante para esta nossa análise que a vejamos como criadora de processos de inclusão. Possibilitada devido às formas, criadas pelo poder hegemônico, para viabilizar que mais e mais pessoas cheguem ao ensino superior. Na perspectiva de que o poder público é mais fomentador de planos e políticas educacionais do que executor, uma vez que a maior parte das consumações desses planos cabe a iniciativa privada, é que vos apresento o gráfico a seguir, cujo da leitura vemos o crescimento ano após ano da Educação a Distância, enquanto a presencial vem desacelerando.

Gráfico 3 – Matrículas por modalidade de ensino de 2015 a 2019



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo da Educação Superior de 2015 a 2019.

E nesse contexto a Educação a Distância – EaD – tem sido a modalidade de ensino que está viabilizando ingresso de muita gente nas instituições de cursos superiores, essencialmente nas privadas, pois, conforme inferimos do Gráfico 3 é nessa modalidade que está, aparentemente, o “grande trunfo” da educação superior enquanto elemento de inclusão educacional e conseqüentemente social. O crescimento no número de matrículas,

no período analisado, indica que a cada ano essa modalidade vem assumindo papel muito significativo na vida acadêmica de milhões de brasileiros.

[...] ainda que haja muito a fazer para atingir números melhores no que diz respeito ao acesso e permanência de públicos mais amplos no ensino superior, o país seguiu a mesma trilha de ampliação do acesso que se verificou no mundo, ainda que com algum atraso. Tudo indica que se manterão as políticas de apoio indireto ao setor privado (detentor de mais de 80% das IES e de mais de 74 % das matrículas) (SANTOS; TAVARES, 2016, p. 9).

Enquanto isso, Dowbor (2017, p. 15), apresenta-nos o entendimento de que as políticas de inclusão “constitui um caminho importante, ainda que com limitações estruturais” e econômicas por parte do poder público. No entanto a iniciativa privada tem se apropriado, com aval da ordem pública, dos usuários dos serviços de ensino e transformado o cenário educacional em algo lucrativo e promissor economicamente, oferecendo educação superior.

Segundo o mesmo autor, a educação pública superior tem sido entregue, sem muitas perguntas, à iniciativa privada.

E que isso não é mais uma questão da eterna disputa ideológica sobre a dominância do estatal ou do privado mas uma compreensão de que, na sociedade mista realmente existente, as esferas empresarial, pública e da sociedade civil têm de construir um novo pacto social para o bem comum. (DOWBOR, 2017, p. 291.).

Nessa situação o neoliberalismo encontrou uma construção desejada e apoiada pelo Estado (Dardot e Laval, 2014) onde os mecanismos que fazem o poder dominante darem força a iniciativa privada é utilizado pelo Estado com dupla funcionalidade: ora atendendo as necessidades da população, ora demandando aos desejos privados o necessário para preencher os espaços onde o Estado deveria estar presente, bem como assumindo os serviços educacionais.

Contudo, do ponto de vista das análises foucaultianas, a relação entre o público e o privado na educação pode ser vista não como relação autoritária de poder, mas como manutenção de relações econômicas para preservação do equilíbrio das estratégias de Estado, conforme refere-se Foucault (1999, p. 89), “estratégias em que se originam e cujo

esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”.

CONSIDERAÇÕES (NÃO TÃO) FINAIS

Anos após ano novas perspectivas são consignadas devido a dinamicidade de dois elementos estruturantes do cenário atual: o Estado e o mercado. Em um contexto de globalização, o controle da informação e da economia, passou a ser uma das formas encontradas pelo Estado para manter o controle sobre os corpos induzindo suas subjetividades.

Nos tentâmenes de incursões desta nossa escrita, nos aproximamos dos traços incomuns traduzidos nos trabalhos de Deleuze (2000), Veiga-Neto (2007b), Foucault (2008a, 2008b) dentre outros ao descreverem os elementos fundantes, desvelados pelo poder dominante, como corroboradores de diversas ações de Estado.

E isso está expresso em processos de governamentalidade, como o uso constante de criação de normas, de subjetividade que são inseridos em microespaços, e às vezes macro também, como o exemplo de políticas públicas educacionais voltadas para um público amplo e (ir)restrito como é o caso de ações voltadas para grupos que representam minorias sociais.

Garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar [...] pressupõe estar fazendo investimentos para que a situação presente de pobreza, de falta de educação [...] e de ampla miserabilidade humana talvez se modifique em curto e médio prazo. A promessa da mudança de *status* dentro de relações de consumo – uma promessa que chega até aqueles que vivem em condição de pobreza absoluta –, articulada ao desejo de mudança de condição de vida, são fontes que mantêm o Estado na parceria com o mercado e que mantêm a inclusão como um imperativo do próprio neoliberalismo. (LOPES, 2009, p. 167).

E isso, afinal de contas, no jogo produzido pelo mercado, a sociedade civil e o *Homo economicus* são responsáveis pela formação de parte de um mesmo conjunto de tecnologias que produzem e deixam a governamentalidade (Foucault, 2008b) mais eficiente e criativa. O que hoje estamos vendo no cenário educacional no Brasil é o uso de novas técnicas e novos dispositivos que colocam o estado sob uma nova lógica. Podemos pressupor que macroeconomicamente a educação tem papel importante dentro

das novas diretrizes globais adotadas, mas é na educação superior que se encontra o elemento de maior valor para essa nova lógica. Subjetivar ações, expandir a educação por meio de fomentos diversas políticas.

REFERÊNCIAS

Assembleia Geral da ONU. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (217 [III] A). Paris. Retirado de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 24 de jun. 2021.

Bernheim, C. T., & Chauí, M. S. (2008). **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento**. Brasília: Unesco.

BRASIL, Ministério da Educação. Censo da Educação Superior. (2015 a 2019). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972 – 1990**. Tradução de Peter Pál Pelbart, Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e Subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34, 2 ed. 2000.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. São Paulo: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Praga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyalo, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. curso da no Collège de France, 1978-1979. Tradução de Eduardo Brandão; 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio; 20 ed. São Paulo: Loyola, 2010.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luiz; LOMBARDI, José Claudinei. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 2 ed. Campinas. Autores Associados, 2004.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Revista Educação & Realidade**, mai/ago. 2009, p.153-169. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8297/5536>. Acesso em: 27 jun. 2020.

LOPES, Maura Corcini et al. Inclusão e biopolítica. **Cadernos IHU**. São Leopoldo: Instituto Humanitas UNISINOS, 2010.

MARTINS, Gilmar Vieira. Uma contribuição conceitual acerca da inclusão: conceitos-ferramenta que tensionam o debate. In: LEGRAMANDI, Aline Belle.; MENARBINI, Andreia.; TAVARES, Manuel. **Políticas de Educação em Debate**. Jundiaí: Paco editorial, 2020.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Sousa. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Sousa. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008

REVEL. Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, E. & TAVARES, M. Desafios históricos da inclusão: características institucionais de duas novas universidades federais brasileiras. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, (2016) 23(X). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v24>. Acesso em: 30 jun. 2021.

TAVARES, Manuel. Uma Nova Ordem Educativa Mundial. In: LEGRAMANDI, Aline; MENARBINI, Andreia; TAVARES, Manuel. **Políticas de Educação em Debate**. 1 ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. P.179-217.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo. In RAGO, M.; ORLLANDI, L.; VEIGA-NETO, A. (Org.) **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas, Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13 a 34.



VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 13-38.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a.

VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini (2007). Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100. Campinas/SP: CEDES, p. 947-964, out, 2007b.